

## ANEXO III

## Zona de protecção intermédia

Vértice	M (m)	P (m)
A.....	171 308	348 130
B.....	171 166	348 258
C.....	171 128	348 543
D.....	171 293	348 635
E.....	171 456	348 653
F.....	171 575	348 467
G.....	171 504	348 224

Nota. — As coordenadas indicadas são coordenadas rectangulares planas no sistema Gauss-Elipsóide Internacional — datum de Lisboa.

## ANEXO IV

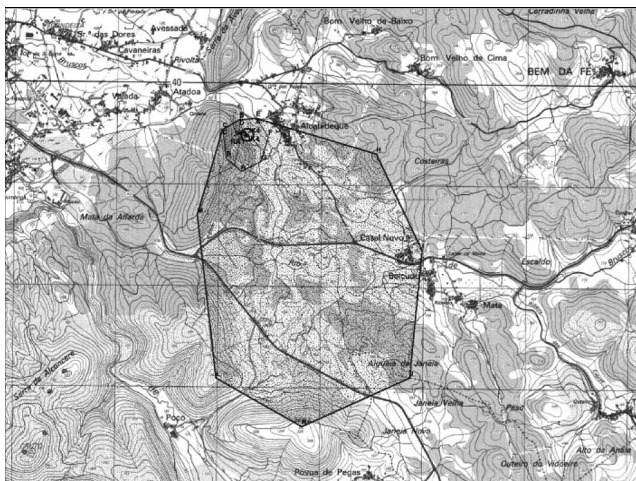
## Zona de protecção alargada

Vértice	M (m)	P (m)
C.....	171 128	348 543
D.....	171 293	348 635
E.....	171 456	348 653
H.....	172 627	348 298
I.....	173 074	347 348
J.....	172 954	346 089
K.....	171 900	345 612
L.....	171 062	346 089
M.....	170 882	347 698

Nota. — As coordenadas indicadas são coordenadas rectangulares planas no sistema Gauss-Elipsóide Internacional — datum de Lisboa.

## ANEXO V

## Planta de localização das zonas de protecção



Base: extracto da Carta Militar n.º 251 dos SCE.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**
**Portaria n.º 249/2011**
**de 22 de Junho**

O Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, estabeleceu novas regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos respectivos

rendimentos para a verificação das condições de recursos, de que depende o reconhecimento e manutenção do direito às prestações do âmbito dos subsistemas de protecção familiar e de solidariedade.

A implementação daquele diploma exigiu a adequação dos modelos de requerimento do rendimento social de inserção (RSI) e do abono de família pré-natal e abono de família para crianças e jovens, bem como a elaboração de um modelo de declaração para recolha de informação relevante sobre a composição e rendimentos do agregado familiar, que foram aprovados pela Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto.

Tendo-se levantado dúvidas sobre os termos da certificação dos requerentes e porque urge esclarecer que tais termos não podem deixar de ser interpretados e aplicados à luz do regime legal em vigor, instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, bem como dos princípios constitucionais e legais em matéria de protecção de dados pessoais, procede-se, pois, à reformulação daqueles modelos.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, e nos n.ºs 2 e 4 do artigo 32.º-A do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 245/2008, de 18 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2009, de 18 de Agosto, 70/2010, de 16 de Junho, 77/2010, de 24 de Junho, e 116/2010, de 22 de Outubro, manda o Governo, pela Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

**Artigo 1.º**
**Aprovação de modelos**

São aprovados, em anexo à presente portaria, que dela fazem parte integrante, os seguintes modelos:

- Requerimento do rendimento social de inserção, modelo RSI 1/2011-DGSS;
- Requerimento do abono de família pré-natal e do abono de família para crianças e jovens, modelo RP 5045/2011-DGSS;
- Declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, modelo MG 8/2011-DGSS.

**Artigo 2.º**
**Declaração da composição e rendimentos do agregado familiar**

A declaração deve ser apresentada nos competentes serviços da segurança social e é utilizada para verificação das condições de recursos, no âmbito dos processos de atribuição ou reavaliação do subsídio social de desemprego e dos subsídios sociais de protecção na parentalidade.

**Artigo 3.º**
**Revogação**

É revogada a Portaria n.º 598/2010, de 2 de Agosto.

**Artigo 4.º**
**Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pela Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social, em 9 de Junho de 2011.



SEGURANÇA SOCIAL

**REQUERIMENTO  
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO**

**Importante:**  
 - O direito às Prestações por Encargos Familiares, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego e Subsídios Sociais no âmbito da Parentalidade, depende de o valor do património mobiliário do seu agregado familiar não ser superior a 100.612,80 euros.  
 - As falsas declarações sobre a composição do agregado familiar e respectivos rendimentos, determinam a inibição do acesso ao direito às prestações sociais acima referidas, durante um período de 2 anos.

Antes de preencher leia com atenção a folha de informações e instruções de preenchimento

**1 ELEMENTOS RELATIVOS AO REQUERENTE**

Nome completo \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_ N.º Identificação de Segurança Social \_\_\_\_\_

N.º Identificação Fiscal \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

**2 ELEMENTOS SOBRE VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR À DATA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO**

Possuem na presente data valores depositados em contas bancárias, acções, fundos de investimento, títulos de dívida pública ou outros valores mobiliários, cujo montante total seja superior a 100 612,80 euros?  Sim  Não

**[1]** Correspondente a 240 vezes o valor do Índice das Aposições Sociais, que em 2010 é de 419,22 euros.

**3 OUTROS ELEMENTOS**

A prestação já foi requerida por outro membro do agregado familiar?  Sim  Não Se assinalou **Sim**, indique:  
 Nome completo da pessoa que requereu \_\_\_\_\_  
 Serviço onde foi apresentado o requerimento \_\_\_\_\_

**4 HABITAÇÃO SOCIAL DO REQUERENTE**

Reside numa casa de habitação social?  Sim  Não Se assinalou **Sim**, indique que entidade é o seu senhorio **[1]** \_\_\_\_\_

**[1]** Autarquia, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, outro.

(continua na pág. seguinte)

Os dados constantes deste documento serão objecto de registo informático na base de dados da segurança social. Poderá consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, bem como solicitar a sua correcção.

As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

Mod. RSI 1/2011 - DGSS (Página 1 de 4)

**5 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (1)** (Se tiver mais de 6 elementos preencha a folha de continuação)

N.º de ordem	Nome completo	N.º identificação seg. social (2)	N.º identificação fiscal	Data de nascimento	Relação familiar (3)
				ano mês dia	
1	Requerente				
2					
3					
4					
5					
6					

**[1]** Todos os campos são de preenchimento obrigatório.  
**[2]** Caso desconheça, preencha o Boletim de Identificação de Elementos do Agregado Familiar (Mod. RV1013-DGSS ou Mod. RV1014-DGSS, respectivamente cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros) e junte os meios de prova nele solicitados.  
**[3]** Ex.: Cônjuge, pai, mãe, filho, avô, genro, nora, irmão, etc.

**6 RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR (1)**

**Rendimento líquido do mês anterior ao da apresentação do requerimento (2)**

N.º de ordem do agregado familiar (3)	Valor de rendimentos de trabalho		Valor das bolsas de estudo		Valor de subsídios para actividades ocupacionais de interesse social no âmbito de programas na área do emprego
	Trabalho dependente	Trabalho independente (4)	Ensino secundário, profissional e níveis anteriores	Ensino superior	
1					
2					
3					
4					
5					
6					

N.º de ordem do agregado familiar (3)	Valor das prestações pagas por outras entidades (5)		Valor das prestações pagas pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores		Valor dos apoios à habitação		Valor de outros rendimentos (8)
	Pensões (6)	Prestações sociais (7)	Valor das pensões de alimentos	Subsídios de renda de casa	Subsídios de residência ou outros apoios públicos à habitação		
1							
2							
3							
4							
5							
6							

**[1]** Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos relevantes para atribuição desta prestação, quer sejam os abrangidos pela interconexão de dados entre os Serviços da Administração Fiscal e as Instituições da Segurança Social, quer as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, serão obtidos oficiosamente para efeitos de decisão sobre o presente requerimento.  
**[2]** Caso os rendimentos dos três meses anteriores à data de apresentação do requerimento sejam desiguais indique a média dos últimos 3 meses.  
**[3]** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 5.  
**[4]** Indicar o valor total. Os serviços da segurança social calculam a percentagem do valor do rendimento a considerar para atribuição da prestação social.  
**[5]** Não incluir prestações sociais pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir prestações da Caixa de Previdência, Caixa Geral de Aposentações, PT, GALP, Banco Santander-Totta, EPAL, EDP, Sindicato dos Bancários, Fundos de Pensões, instituições bancárias, seguradoras, organismos estrangeiros, entre outros.  
**[6]** Não incluir pensões pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir pensões de sobrevivência, de velhice, de invalidez, de aposentação ou outras de natureza idêntica e rendas temporárias ou vitalícias, pensões a cargo de companhias de seguros ou fundos de pensões, pagas por organismos nacionais ou estrangeiros.  
**[7]** Não incluir prestações por encargos familiares e prestações no domínio da deficiência ou da dependência.  
**[8]** Incluir outros rendimentos regulares, não declarados neste quadro e no anterior.

(continua na pág. seguinte)

Mod. RSI 1/2011 - DGSS (Página 2 de 4)

**7 VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO AGREGADO FAMILIAR EM 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR AO DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO**

N.º de ordem do agregado familiar (1)	Valor dos depósitos em contas bancárias	Valor das acções	Valor dos certificados de aforro	Valor de outros activos financeiros
1				
2				
3				
4				
5				
6				

**[1]** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 5.

**8 SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DOS ELEMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR COM IDADES ENTRE OS 16 E OS 65 ANOS**

N.º de ordem do agregado familiar (1)	Nome completo	Desempregado (2)		Inscrito no Centro de Emprego (2)		Situação de doença prolongada ou incapacidade permanente para o trabalho (2)		A prestar apoio a membro do agregado familiar (2)	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1	Requerente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**[1]** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 5.  
**[2]** Assinalar com X a situação em que se encontra.

**9 CERTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omitir qualquer informação relevante.  
**Comprometo-me** a subscrever e a prosseguir o programa de inserção que seja acordado.  
**Comprometo-me** a apresentar os meios de prova que forem considerados necessários a atribuição e/ou manutenção da prestação requerida, a exercer o direito a prestações de segurança social a que tenha ou venha a ter direito e a exercer o direito a créditos que tenha ou venha a ter direito.  
**Comprometo-me** a, em qualquer momento e quando solicitada, visando a comprovação das declarações relativas ao valor do património mobiliário, nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, entregar declaração de autorização aos serviços competentes da segurança social, para solicitarem ao Banco de Portugal a indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenha conta e a obter das respectivas entidades toda a informação patrimonial relevante, relativa a saldos de contas à ordem, a prazo ou de outros valores mobiliários que seja titular ou co-titular ou a apresentar, em alternativa, os documentos bancários relevantes que viérem a ser exigidos pela Segurança Social. Este compromisso é igualmente válido para as declarações que sejam necessárias apresentar pelos restantes membros do meu agregado familiar.  
**Tenho conhecimento** que a falta da entrega da mencionada declaração de autorização ou da apresentação dos referidos documentos bancários relevantes, quando exigido(s) e no prazo concedido para esse efeito, constitui causa de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento da prestação social em curso, com perda do direito à prestação até à entrega da declaração de autorização exigida, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.  
**Declaro** que estou informado, que os serviços competentes da segurança social podem aceder, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de Abril, à informação fiscal relevante, para efeitos de confirmação dos rendimentos aqui declarados.  
**Autorizo** os serviços competentes da segurança social a obterem directamente das restantes entidades detentoras da informação relevante para a verificação da condição de recursos, todas as informações que sejam consideradas necessárias à comprovação das declarações de rendimentos aqui prestadas.  
 Todos os termos aqui atestados por mim, manifestados de forma livre, específica e inequívoca, são feitos no âmbito e para os efeitos decorrentes do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, e do subsistema de rendimento do requerimento ou com o termo da atribuição da prestação, não podendo os mesmos ser revogados sem o consentimento expresso dos serviços competentes da segurança social, sob pena da suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento das declarações de rendimentos aqui prestadas.

\_\_\_\_\_  
 ano mês dia  
 Assinatura do requerente ou de quem a seu rogo conforme documento de identificação civil válido  
 (continua na pág. seguinte)

Mod. RSI 1/2011 - DGSS (Página 3 de 4)

**10 DOCUMENTOS A APRESENTAR**

- Fotocópias da seguinte documentação relativa ao requerente e aos membros do agregado familiar:
    - Documento de identificação válido, designadamente, cartão do cidadão, bilhete de identidade, boletim de nascimento, passaporte;
    - Cartão de identificação fiscal;
    - Recibos comprovativos ou declarações discriminadas das entidades patronais relativas às remunerações referentes ao mês anterior à entrega do requerimento ou aos três meses anteriores, caso os valores mensais sejam desiguais;
    - Recibos comprovativos dos rendimentos referentes ao mês anterior à entrega do requerimento ou aos três meses anteriores, caso os valores mensais sejam desiguais, no caso de trabalho independente;
    - Título válido de autorização de permanência, visto de trabalho, visto de estada temporária ou visto de prorrogação de permanência, comprovativo de que se encontra em território nacional e nele tem permanecido nos últimos três anos **[1]**, no caso de cidadãos estrangeiros não equiparados a nacionais por instrumento internacional de segurança social;
    - Declaração médica relativa às pessoas mencionadas no quadro 8, comprovativa de que estão na situação de doença prolongada, incapacidade permanente para o trabalho ou a prestar apoio a membro do agregado familiar.
  - Mod. RV1013-DGSS ou Mod. RV1014-DGSS, respectivamente de cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros e meios de prova nele indicados, relativamente às pessoas mencionadas no quadro 5 que não possuam n.º de identificação de segurança social.
- [1]** O prazo de residência não se aplica aos menores de 3 anos.

**11 MODO DE PAGAMENTO**

O pagamento da prestação é efectuado através de vale de correio.

**12 LOCAL DE ENTREGA**

O requerimento e a respectiva documentação devem ser entregues nos serviços de segurança social.

Mod. RSI 1/2011 - DGSS (Página 4 de 4)



**REQUERIMENTO  
PRESTAÇÕES POR ENCARGOS FAMILIARES**

Abono de Família Pré-Natal  Abono de Família para Crianças e Jovens

**Importante:**  
- O direito às Prestações por Encargos Familiares, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego e Subsídios Sociais no âmbito da Parentalidade, depende de o valor do património mobiliário do seu agregado familiar não ser superior a 100.612,80 euros.  
- As falsas declarações sobre a composição do agregado familiar e respectivos rendimentos, determinam a inibição do acesso ao direito às prestações sociais acima referidas, durante um período de 2 anos.

Antes de preencher leia com atenção a Folha de Informações/Instruções de preenchimento do requerimento

**1 ELEMENTOS RELATIVOS AO REQUERENTE**

**1.1 Identificação**

Nome completo \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_ N.º Identificação de Segurança Social \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

N.º Identificação Fiscal \_\_\_\_\_

**1.2 Outros elementos (a preencher consoante as situações)**

Foi requerido abono de família pré-natal a outra instituição?  Sim  Não

Foi requerido abono de família pela mesma criança ou jovem a outra instituição?  Sim  Não

**Se respondeu Sim** em qualquer das situações, indique:

Nome do requerente \_\_\_\_\_ N.º de beneficiário \_\_\_\_\_

Nome da instituição \_\_\_\_\_

**Assinale com X a situação do requerente, relativamente à criança ou jovem**

Pai/Mãe ou equiparado  Pessoa idónea que viva em comunhão de mesa e habitação com a criança ou jovem

Representante legal  Pessoa a quem a criança ou jovem está confiada administrativa ou judicialmente

Entidade que tem a criança ou jovem à sua guarda  O próprio jovem (com idade superior a 18 anos)

**Atenção:** Nos casos em que a criança/jovem se encontra internada em estabelecimento de apoio social, centro de acolhimento, centro tutelar educativo ou de detenção, preencha, apenas, os quadros n.ºs 2, 8 e 9.

(continua na pág. seguinte)

Os dados constantes deste documento serão objecto de registo informático na base de dados da segurança social. Poderá consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, bem como solicitar a sua correcção.

As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

Mod. RP 5045/2011 - DGSS (Página 1 de 4)

**2 ELEMENTOS RELATIVOS À CRIANÇA OU JOVEM (A preencher no caso de abono de família para crianças e jovens)**

**2.1 Identificação**

Nome completo \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_ N.º Identificação de Segurança Social \_\_\_\_\_

Sexo (F ou M)  Estado civil \_\_\_\_\_

N.º Identificação Fiscal \_\_\_\_\_ Código Repartição de Finanças \_\_\_\_\_

Filiação:

Nome do pai \_\_\_\_\_

Nome da mãe \_\_\_\_\_

Naturalidade: País \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Documento de identificação \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(Cartão de Cidadão, B.I., etc.)

**2.2 Outros elementos**

O jovem está a exercer actividade laboral?  Sim  Não

**Se Sim**, indique qual o regime de protecção social que o abrange \_\_\_\_\_

**3 ELEMENTOS SOBRE VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR À DATA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO**

Possuem na presente data valores depositados em contas bancárias, acções, fundos de investimento, títulos de dívida pública ou outros valores mobiliários, cujo montante total seja superior a 100 612,80 euros? **(1)**

Sim  Não

**(1)** Correspondente a 240 vezes o valor do Índice de Apoio Social, que em 2010 é de 419,22 euros.

**4 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (1)** (Se tiver mais de 6 elementos preencha a folha de continuação)

N.º de ordem	Nome completo	N.º identificação seg. social (2)	N.º identificação fiscal	Data de nascimento	Relação familiar (3)
1	Requerente				
2					
3					
4					
5					
6					

**(1)** Todos os campos são de preenchimento obrigatório.  
**(2)** Caso desconheça, preencha o Boletim de Identificação de Elementos do Agregado Familiar (Mod. RV1013-DGSS ou Mod. RV1014-DGSS, respectivamente cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros) e junte os meios de prova nele solicitados.  
**(3)** Ex.: Cónjuge, pai, mãe, filho, avô, genro, nora, irmão, etc.

(continua na pág. seguinte)

Mod. RP 5045/2011 - DGSS (Página 2 de 4)

**4 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (Continuação)**

Indique o n.º de crianças ou jovens com direito ao abono de família integrados no agregado familiar \_\_\_\_\_

**A preencher se houver elementos do agregado familiar a residir e/ou a trabalhar fora do território nacional**

N.º de ordem do agregado familiar (1)	Designação do país de residência	Designação do país de trabalho
1		
2		
3		
4		
5		
6		

**(1)** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.

**5 RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR (1)**

**Rendimentos anuais líquidos do ano anterior ao da apresentação do requerimento**

N.º de ordem do agregado familiar (2)	Por conta de outrem	Valor dos rendimentos de trabalho		Valor das bolsas de estudo		Valor das bolsas de formação profissional ou programas ocupacionais (3)	Valor das pensões de alimentos
		Independente	Vendas Serviços	Ensino secundário, profissional e níveis anteriores	Ensino superior		
1							
2							
3							
4							
5							
6							

N.º de ordem do agregado familiar (2)	Valor das prestações pagas por outras entidades (4)		Valor das prestações pagas pelo Fundo de Garantia dos Alimentos a Menores		Valor dos apoios à habitação	
	Pensões (5)	Prestações sociais (6)	Subsídios de renda de casa	Subsídios de residência ou outros apoios públicos à habitação		
1						
2						
3						
4						
5						
6						

**(1)** Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos relevantes para atribuição desta prestação, quer sejam os abrangidos pela interconexão de dados entre os Serviços da Administração Fiscal e as Instituições da Segurança Social, quer as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, serão obtidos oficialmente para efeitos de decisão sobre o presente requerimento.  
**(2)** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.  
**(3)** Indicar valor de subsídios para actividades ocupacionais de interesse social no âmbito de programas na área do emprego.  
**(4)** Não incluir prestações sociais pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir prestações da Caixa de Previdência, Caixa Geral de Aposentações, PT, GALP, Bancos Santarém-Trofa, BPA, EOP, Sindicatos dos Bancários, Fundos de Pensões, instituições bancárias, seguradoras, organismos estrangeiros.  
**(5)** Não incluir pensões pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir pensões de sobrevivência, de velhice, de aposentação ou outras de natureza idêntica e rendas temporárias ou vitalícias, pensões a cargo de companhias de seguros ou fundos de pensões, pagas por organismos nacionais ou estrangeiros.  
**(6)** Não incluir prestações por encargos familiares e prestações no domínio da deficiência ou da dependência.

(continua na pág. seguinte)

Mod. RP 5045/2011 - DGSS (Página 3 de 4)

**6 VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO AGREGADO FAMILIAR EM 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR AO DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO**

N.º de ordem do agregado familiar (1)	Valor depositado em contas bancárias	Valor das acções	Valor dos certificados de aforro	Valor de outros activos financeiros
1				
2				
3				
4				
5				
6				

**(1)** Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 4.

**7 HABITAÇÃO SOCIAL DO REQUERENTE**

Reside numa casa de habitação social?  Sim  Não Se assinalou **Sim**, indique que entidade é o seu senhorio **(1)** \_\_\_\_\_

**(1)** Autarquia, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, outro.

**8 MODO DE PAGAMENTO (Ver Informações-Pagamento das Prestações)**

A prestação pode ser paga por depósito em conta bancária, para o que deve indicar o Número de Identificação Bancária (NIB).  
 \_\_\_\_\_

Na falta deste elemento ou indicação incorrecta do NIB, será utilizado outro meio de pagamento.

**9 CERTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omito qualquer informação relevante.

**Comprometo-me** a apresentar os meios de prova que forem considerados necessários à atribuição e/ou manutenção da prestação requerida.

**Comprometo-me**, a qualquer momento e quando solicitada, visando a comprovação das declarações relativas ao valor do património mobiliário, nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, entregar declaração de autorização aos serviços competentes da segurança social, para solicitarem ao Banco de Portugal a indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenho conta e a obter das respectivas entidades toda a informação patrimonial relevante, relativa a saldos de contas à ordem, a prazo ou de outros valores mobiliários de que seja titular ou co-titular ou a apresentar, em alternativa, os documentos bancários relevantes que vierem a ser exigidos pela Segurança Social. Este compromisso é igualmente válido para as declarações que sejam necessárias a apresentar pelos restantes membros do meu agregado familiar.

**Tenho conhecimento** que a falta da entrega da mencionada declaração de autorização ou da apresentação dos referidos documentos bancários relevantes, quando exigidos, e no prazo concedido para esse efeito, constitui causa de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento da prestação social em curso, com perda do direito à prestação até à entrega da declaração de autorização exigida, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.

**Declaro** que estou informado, que os serviços competentes da segurança social podem aceder, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de Abril, a informação fiscal relevante, para efeitos de confirmação dos rendimentos aqui declarados.

**Autorizo** os serviços competentes da segurança social a obterem directamente das restantes entidades detentoras da informação relevante para a verificação da condição de recursos, todas as informações que sejam consideradas necessárias à comprovação das declarações de rendimentos aqui prestadas.

Todos os termos aqui atestados por mim, manifestados de forma livre, específica e inequívoca, são feitos no âmbito e para os efeitos decorrentes do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, caducando tais termos com o indeferimento do requerimento ou com o término da atribuição da prestação, não podendo os mesmos ser revogados sem o consentimento expresso dos serviços competentes da segurança social, sob pena da suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento das prestações em curso, com a respectiva perda do direito às prestações sociais

\_\_\_\_\_  
 ano \_\_\_\_\_ mês \_\_\_\_\_ dia \_\_\_\_\_

Assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo conforme documento de identificação civil válido

Mod. RP 5045/2011 - DGSS (Página 4 de 4)



SEGURANÇA SOCIAL

**DECLARAÇÃO  
COMPOSIÇÃO E RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR**

Subsídio Social de Desemprego  Subsídio Social no âmbito da Parentalidade

**Importante:**  
- O direito às Prestações por Encargos Familiares, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego e Subsídios Sociais no âmbito da Parentalidade, depende de o valor do património mobiliário do seu agregado familiar não ser superior a 100.612,80 euros.  
- As falsas declarações sobre a composição do agregado familiar e respectivos rendimentos, determinam a inibição do acesso ao direito às prestações sociais acima referidas, durante um período de 2 anos.

Antes de preencher leia com atenção as informações

**1 ELEMENTOS RELATIVOS AO REQUERENTE**

Nome completo \_\_\_\_\_  
Data de nascimento \_\_\_\_\_ N.º Identificação de Segurança Social \_\_\_\_\_  
N.º Identificação Fiscal \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

**2 ELEMENTOS SOBRE VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO REQUERENTE E DO AGREGADO FAMILIAR À DATA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO**

Possuem na presente data valores depositados em contas bancárias, acções, fundos de investimento, títulos de dívida pública ou outros valores mobiliários, cujo montante total seja superior a 100 612,8 euros? (1)  Sim  Não  
(1) Correspondente a 240 vezes o valor do Índice das Aposições Sociais que em 2010 é de 419,22 euros.

**3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR (1)** (Se tiver mais de 6 elementos preencha a folha de continuação)

N.º de ordem	Nome completo	N.º identificação seg. social (2)	N.º identificação fiscal	Data de nascimento	Relação familiar (3)
	Requerente			ano mes dia	
1					
2					
3					
4					
5					
6					

(1) Todos os campos são de preenchimento obrigatório.  
(2) Caso desconheça, preencha o Boletim de Identificação de Elementos do Agregado Familiar [Mod. RV1013-DGSS ou Mod. RV1014-DGSS, respectivamente cidadãos nacionais ou cidadãos estrangeiros] e junte os meios de prova nele solicitados.  
(3) Ex. Cônjuge, pai, mãe, filho, avô, genro, nora, irmão, etc.

**4 RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR (1)**

N.º de ordem do agregado familiar (2)	Rendimentos ilíquidos mensais auferidos à data da apresentação da declaração		Valor das bolsas de estudo		Valor das bolsas de formação profissional ou programas ocupacionais (3)	Valor das pensões de alimentos
	Valor dos rendimentos de trabalho dependente auferidos em Portugal	Com descontos para a Segurança Social	Com descontos para a Caixa Geral de Aposentações/Outros	Ensinos secundário, profissional e níveis anteriores		
1						
2						
3						
4						
5						
6						

(1) Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos relevantes para atribuição desta prestação, quer sejam os abrangidos pela interconexão de dados entre os Serviços da Administração Fiscal e as Instituições da Segurança Social, quer as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, serão obtidos oficialmente para efeitos de decisão sobre a presente declaração.  
(2) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 3.  
(3) Indicar o valor de subsídios para actividades ocupacionais de interesse social no âmbito de programas na área do emprego.

(continua na pág. seguinte)

**4 RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR (1)** (continuação)

N.º de ordem do agregado familiar (2)	Valor das prestações pagas por outras entidades (3)		Valor das prestações pagas pelo Fundo de Garantia dos Alimentos a Menores	Valor dos apoios à habitação		Valor de outros rendimentos regulares (6)
	Pensões (4)	Prestações sociais (5)		Subsídios de renda de casa	Subsídios de residência ou outros apoios públicos à habitação	
1						
2						
3						
4						
5						
6						

(1) Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos relevantes para atribuição desta prestação, quer sejam os abrangidos pela interconexão de dados entre os Serviços da Administração Fiscal e as Instituições da Segurança Social, quer as prestações sociais atribuídas pela Segurança Social, serão obtidos oficialmente para efeitos de decisão sobre a presente declaração.  
(2) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 3.  
(3) Não incluir prestações sociais pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir prestações da Caixa de Previdência, Caixa Geral de Aposentações, PT, GALP, Banco Santander-Totta, EPAL, EDP, Sindicato dos Bancários, Fundos de Pensões, instituições bancárias, seguradoras, organismos estrangeiros.  
(4) Não incluir pensões pagas pelo Instituto da Segurança Social. Incluir pensões de sobrevivência, de veuvez, de invalidez, de aposentação ou outras de natureza idêntica e rendas temporárias ou vitalícias, pensões a cargo de companhias de seguros ou fundos de pensões, pagas por organismos nacionais ou estrangeiros.  
(5) Não incluir prestações por encargos familiares e prestações no domínio da deficiência ou da dependência.  
(6) Incluir outros rendimentos regulares, não declarados neste quadro e no anterior, designadamente rendimentos do trabalho auferidos no estrangeiro e subsídios/prestações pagas por organismos de Segurança Social estrangeiros.

**5 VALOR DO PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO DO AGREGADO FAMILIAR EM 31 DE DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR AO DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO**

N.º de ordem do agregado familiar (1)	Valor depositado em contas bancárias	Valor das acções	Valor dos certificados de aforro	Valor de outros activos financeiros
1				
2				
3				
4				
5				
6				

(1) Número de ordem pelo qual o membro do agregado familiar foi referenciado no quadro 3.

**6 HABITAÇÃO SOCIAL DO REQUERENTE**

Reside numa casa de habitação social?  Sim  Não Se assinalou **Sim**, indique que entidade é o seu senhorio (1)

(1) Autarquia, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, outro.

**7 CERTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Declaro que as informações prestadas correspondem à verdade e não omito qualquer informação relevante.  
Comprometo-me a apresentar os meios de prova que forem considerados necessários à atribuição e/ou manutenção da prestação requerida.  
Comprometo-me, em qualquer momento e quando solicitada, visando a comprovação das declarações relativas ao valor do património mobiliário, nos termos do disposto no artigo 14.º n.º 1, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, entregar declaração de autorização aos serviços competentes da segurança social, para solicitarem ao Banco de Portugal a indicação das entidades bancárias ou financeiras onde tenho conta e a obter das respectivas entidades toda a informação patrimonial relevante, relativa a saldos de contas à ordem, a prazo ou de outros valores mobiliários de que seja titular ou co-titular ou a apresentar, em alternativa, os documentos bancários relevantes que vierem a ser exigidos pela Segurança Social. Este compromisso é igualmente válido para as declarações que sejam necessárias apresentar pelos restantes membros do meu agregado familiar.  
Tenho conhecimento que a falta de entrega da mencionada declaração de autorização ou da apresentação dos referidos documentos bancários relevantes, quando exigido(s) e no prazo concedido para esse efeito, constitui causa de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento da prestação social em curso, com perda do direito à prestação até à entrega da declaração de autorização exigida, de acordo com o disposto no artigo 14.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho.  
Declaro que estou informado, que os serviços competentes da segurança social podem aceder, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2004, de 20 de Abril, à informação fiscal relevante, para efeitos de confirmação dos rendimentos aqui declarados.  
Autorizo os serviços competentes da segurança social a obterem directamente das restantes entidades detentoras da informação relevante para a verificação da condição de recursos, todas as informações que sejam consideradas necessárias à comprovação das declarações de rendimentos aqui prestadas.  
Todos os termos aqui atestados por mim, manifestados de forma livre, específica e inequívoca, são feitos no âmbito e para os efeitos decorrentes do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, caducando tais termos com o indeferimento do requerimento ou com o término da atribuição da prestação, não podendo os mesmos ser revogados sem o consentimento expresso dos serviços competentes da segurança social, sob pena de suspensão do procedimento de atribuição ou do pagamento das prestações em curso, com a respectiva perda do direito às prestações sociais.

Assinatura do requerente ou de quem a seu rogo conforme documento de identificação civil válido

Os dados constantes deste documento serão objecto de registo informático na base de dados da segurança social. Poderá consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, bem como solicitar a sua correcção. As falsas declarações são punidas nos termos da lei.